

Maia prevê *choque* já em outubro

Marcos Magalhães

O deputado César Maia (RJ), principal economista da bancada do PMDB, aposta em um novo choque antiinflacionário até outubro, quando acredita que os preços já estarão subindo uma taxa superior a 20% ao mês. Para reverter esta tendência, ele crê que o Governo só dispõe de duas opções: a dolarização da economia, como fez a Argentina, ou a criação de um banco Central independente.

Maia condena o caminho adotado pelo presidente Carlos Menem, mas aposta no relativo sucesso de uma alteração que permita ao Banco Central exercer um efetivo controle sobre a moeda, sem sofrer pressões do Governo. Na sua opinião, o Poder Executivo seria então obrigado a seguir um modelo de completa austeridade, sinalizado para os agentes econômicos que está cumprindo o seu papel.

“A independência do Banco Central teria efeito sobre as expectativas da sociedade”, acredita o deputado, que apresentou com o colega Francisco Dornelles (PFL-RJ) um projeto de lei sugerindo a alteração. “Se o Governo tiver real in-



César Maia elaborou um projeto de lei em que defende a independência do Banco Central

teresse, podemos aprovar rapidamente a matéria”, afirma.

Na opinião de César Maia, três fatores devem impulsionar a aceleração da inflação: a liberação dos cruzados novos a partir de setembro, a correção dos aluguéis no mesmo mês e a aprovação de uma

nova política salarial. Nesta altura, prevê, os índices que já terão chegado a 15% facilmente ultrapassarão os 20% mensais, obrigando o Governo a adotar um novo choque.

Poupança

“Sei que a equipe econômica

está preocupada com a conjuntura e buscando alternativas”, diz César Maia. Ele tem detectado uma forte pressão sobre o Governo a favor da recriação do overnight, que poderia garantir boa parte do dinheiro resultante da conversão dos cruzados novos que se dirigiria na-

turalmente para o consumo.

O próprio Governo também analisa a possibilidade de criar uma caderneta de poupança especial, com remuneração atraente, para todas as pessoas físicas que tiverem grandes quantias a receber mensalmente. A poupança, segundo sugestão que tem circulado entre técnicos de dentro e fora do Governo, tornaria as grandes somas indisponíveis durante alguns meses, em troca de benefícios que estão sendo estudados, como forma de evitar a pressão sobre o consumo.

Maia não acredita na viabilidade desta alternativa. “Se a Justiça não a derrubar em 24 horas, o Congresso Nacional o faria em três dias”, prevê.

A falta de alternativas, argumenta César Maia, levará o Governo a conviver com altas taxas de inflação ou a buscar saídas drásticas. Caso não venha outro choque, calcula o deputado, a equipe econômica seria forçada a optar entre o caminho argentino e a rígida austeridade nas contas públicas, decorrente de uma atuação independente do Banco Central.